



COMISSÃO ESPECIAL DE FUTUROS

(Sessão realizada em 20 de abril de 2022).

SENHOR PRESIDENTE.- Havendo quórum, está aberta a sessão.

(São 14h12).

–Esta é uma sessão formal da Comissão Especial de Futuros, mas convidamos outros legisladores que demonstraram interesse no tema que hoje nos reúne especificamente. De modo que os recebemos com muito prazer.

Em primeiro lugar, damos as boas-vindas à representante do Banco Mundial, doutora Celia Ortega, que, como todos sabem, desde o primeiro momento tem estado muito disposta a colaborar com o trabalho desta comissão. Temos projetos em comum, sobre os quais continuaremos conversando depois. E uma das primeiras contribuições concretas que o banco nos ofereceu para integrar ao nosso trabalho consiste, justamente, em um estudo que hoje nos será apresentado por seu autor, o economista Ignacio Apella, que é argentino mas também se sente muito uruguaio, como nos disse repetidas vezes, e tem muito interesse em estar aqui.

Referimo-nos a um trabalho do qual os senhores têm uma síntese, mas que, segundo me consta, chegou aos seus gabinetes. É um trabalho muito interessante, feito para o Uruguai, intitulado «Justo a tiempo. Envejecimiento, cambio tecnológico, habilidades y regulaciones laborales en el Uruguay que viene». De modo que queríamos ter a oportunidade de ouvir o próprio autor apresentá-lo nesta instância, e ficarmos todos em contato, como sempre dissemos, pois esse tipo de vínculo não precisa passar necessariamente pela comissão de maneira formal. A ideia é irmos conhecendo pessoas que estão trabalhando nesses temas e que possam dar contribuições. Todos os que nos fizeram chegar sua disposição de contribuir se mostraram dispostos a conversar, como é natural, com cada um individualmente, se for necessário.

Temos uma hora e quinze minutos para ouvir esta apresentação e depois vamos receber a conselheira de Educação e Ciência da Finlândia.

Sem mais, e agradecendo, é claro, muito especialmente a presença dos senhores legisladores, damos a palavra ao economista Ignacio Apella para que faça sua apresentação.

SENHOR APELLA.- Boa tarde e obrigado pelo espaço que nos dão para compartilhar este estudo.

(Exibe-se apresentação em PowerPoint).

—Para nós, como banco, este tema é muito importante —o título o expressa claramente: «Justo a tiempo»—, sobretudo para o Uruguai, embora não seja assim para outros países da região. Talvez para a Argentina ou o Brasil pudesse se aplicar em parte, mas para o Uruguai é agora ou nunca.

Há vários desafios, mas também várias oportunidades que o futuro apresenta ao país, e a ideia deste trabalho é analisá-los, mostrá-los com argumentos e alguns dados rigorosos, e sobretudo pensar em espaços de política pública, que é o que nos compete.

Vou tentar ir bastante rápido, mas com calma.

Por que dizemos que é justo a tempo? Porque o Uruguai está atravessando —e os senhores sabem melhor do que nós— a transição demográfica, e suas características são mais parecidas com as dos países europeus do que com as da região, ou seja, é uma sociedade muito envelhecida.

É claro que o envelhecimento populacional é uma tendência que afeta todos os países do mundo, mas muito especialmente o Uruguai dentro do grupo de países da região. Essa situação apresenta certos desafios no longo prazo, em termos de maior gasto em saúde, em pensões, mas também do ponto de vista do crescimento econômico, porque uma população mais envelhecida implica uma força de trabalho menor e uma limitação para o crescimento do produto bruto per capita. Então, também há alguns desafios nessa dimensão.

Ao mesmo tempo, há algumas oportunidades que devem ser aproveitadas justamente agora. Deveriam ter sido aproveitadas uns dez anos atrás, mas ainda estamos a tempo. Por isso, repito, o título do trabalho é «Justo a tiempo».

Quero me referir às mensagens-chave deste trabalho e depois vou abordar algumas delas com maior profundidade.

Do ponto de vista da política pública, é agora que se deve começar a discutir seriamente, e com visão de longo prazo, duas grandes dimensões. Uma delas está associada a como estender a bonança que a demografia nos dá transitoriamente nos próximos vinte anos. Ao mesmo tempo, o grande desafio do país é como aumentar o capital humano, que é o fator-chave e relevante daqui para a frente para o crescimento econômico.

Dentro da primeira dimensão, há duas grandes áreas em que é preciso trabalhar, que têm a ver com incentivar o adiamento da saída do mercado de trabalho

dos trabalhadores —não estou dizendo aumentar a idade de aposentadoria—, de modo a poder expandir um pouco mais o tamanho da força de trabalho no médio e longo prazo, simultaneamente à geração de mecanismos que permitam uma maior participação feminina no mercado de trabalho. Há muito a ganhar nesse aspecto, porque o Uruguai mantém uma participação feminina bastante menor que a dos homens, como ocorre em vários países da região.

Do ponto de vista do capital humano, é claro que é preciso pensar em uma reforma do sistema educacional em sua totalidade. Sei que é uma área complexa, difícil, onde a economia política é forte, mas é preciso começar a buscar consensos para melhorar o conteúdo e o como, ou seja, o que ensinamos às crianças e de que maneira o fazemos, algo que seja relevante para o futuro, embora essa seja uma discussão um pouco mais profunda.

Finalmente, reconhecemos —e todos devemos fazê-lo— que o processo formativo de um indivíduo não termina com o sistema educacional formal. Atualmente, dado o contexto de mudança tecnológica, produtiva e assim por diante, o processo formativo transcorre ao longo de todo o ciclo de vida. Então, os programas de formação continuada começam a desempenhar um papel fundamental na adaptação e na readaptação da força de trabalho.

Essas são as quatro mensagens-chave, e agora vou aprofundar um pouco mais o estudo.

Eu dizia —e todos os presentes aqui sabem melhor do que eu— que hoje o Uruguai está no meio do seu bônus demográfico, que é medido pela taxa de dependência demográfica, isto é, a porcentagem da população passiva —menor de quinze anos e maior de sessenta e cinco— dividida —digamos assim— pela porcentagem da população em idade ativa. O Uruguai está no meio. Agora, vai sair desse bônus demográfico daqui a vinte anos, ou seja, não há muito tempo. O Paraguai, para dar um exemplo, vai sair do bônus em 2070. Tem cinquenta anos de bônus demográfico. Ao Uruguai restam vinte.

Nesse contexto, embora se apresentem desafios associados a um aumento do gasto social, em particular, e algumas limitações em termos de crescimento econômico, nem tudo são más notícias. Antes de chegar à etapa do envelhecimento, temos uma grande oportunidade como país, que está associada ao que chamamos de «dividendos demográficos». O que isso significa? O produto bruto per capita, isto é, o PIB dividido por N , que é a população, pode ser decomposto da seguinte maneira: o produto bruto dividido por L , que é a quantidade de trabalhadores, vezes a quantidade de trabalhadores dividida pela população total, ou seja, o emprego.

O bônus demográfico, o primeiro dividendo demográfico, favorece muito o crescimento econômico, e na prática favoreceu. Por quê? Porque, à medida que a taxa de dependência vai diminuindo, esse L sobre N vai aumentando. Ou seja, a porcentagem da população em idade ativa hoje está no seu máximo.

Agora, o problema é que, à medida que saímos do bônus demográfico, isso cai. Então, para sustentar o ritmo de crescimento econômico, tem que aumentar o que chamamos de «segundo dividendo demográfico»: a produtividade da economia. E há duas formas de realizar esse segundo dividendo demográfico quando chegarmos à etapa do envelhecimento: investir em capital humano e em capital físico.

Durante o período 2010-2014, a demografia contribuiu para o crescimento econômico de maneira significativa, pelo que eu dizia há pouco: o primeiro dividendo demográfico. Agora, essa contribuição é transitória. Por quê? Porque, no longo prazo, à medida que a população envelhece, o tamanho da força de trabalho diminui, e isso constitui uma limitação importante para o crescimento. Então, o que devemos fazer? Temos que aproveitar hoje, justamente agora, que é quando temos o maior tamanho da população em idade de trabalhar, que em média é a que tem capacidade de poupança: seu nível de renda é maior que seu nível de consumo. É claro que, na distribuição, vamos encontrar pessoas que podem poupar e outras que não, mas em média é assim.

Então, é preciso aproveitar essa poupança, incentivá-la, de modo que financie o investimento tanto em capital físico quanto humano, para podermos ter mais capital por trabalhador no futuro e dessa forma aumentar a produtividade, que é o que vai permitir sustentar o crescimento no longo prazo.

Agora, preocupa ver a taxa de poupança do Uruguai, porque é uma das mais baixas da região. O Chile é o outlier da região; tem a maior taxa de poupança, semelhante à dos países da OCDE. Mas nosso norte deveria ser a Coreia do Sul, que já passou por essa situação e a enfrentou dessa maneira: com outro sistema de seguridade social, com outras instituições. Assim se alcançou o milagre dos tigres asiáticos. Essa deveria ser, então, nossa preocupação, e insisto que o momento é justamente agora, porque, caso contrário, a oportunidade vai passar.

Então, há alguns espaços onde se pode fazer algo no curto prazo? Sim, mas repito: é transitório. Por exemplo, gerar mecanismos de incentivo para adiar a idade de aposentadoria seria um bom passo, no sentido de poder aumentar, com os adultos mais velhos, o tamanho da força de trabalho, condicionado ao estoque de capital de saúde que as pessoas têm, é claro. Por outro lado, insisto, devemos pensar em gerar mecanismos —há muito espaço para ganhar aí— que fomentem a participação feminina no mercado de trabalho. Há um documento do Banco Mundial elaborado há dois anos que mostra claramente os ganhos em termos de produto com uma maior participação feminina no mercado de trabalho. Nesse sentido, há muito a fazer.

Todas essas medidas vão mudar o nível do tamanho da força de trabalho, mas não a tendência. A tendência declinante continuará persistindo. Então, é preciso aumentar a produtividade —é a única coisa que resta—, por meio do investimento tanto em capital físico quanto humano. É a única alternativa.

A mudança tecnológica é outra megatendência que ocorre no Uruguai e no mundo todo. E é uma boa notícia. A priori, poderíamos supor que as novas tecnologias de produção geram ganhos de eficiência, uma redução dos custos médios de produção e, portanto, uma maior produtividade, e por isso é uma boa notícia. Agora, devemos ter cuidado e prestar atenção aos impactos que isso pode ter no mercado de trabalho e, é claro, na distribuição da renda. E é para lá que quero ir.

Quando falamos de mudança tecnológica, a primeira reação que as pessoas têm é: «As máquinas vêm tomar nossos empregos. Então, vamos ficar desempregados». E a grande preocupação é, em primeiro lugar, como financiamos essa situação e, depois, onde passamos nosso tempo livre.

Infelizmente —ou felizmente, para mim—, não é assim, porque a automação —quando falo de mudança tecnológica vou dar ênfase à automação—, as máquinas, tanto digitais quanto físicas, não substituem as ocupações per se, mas algumas tarefas que desempenhamos em nossas ocupações. Se alguém me der o exemplo de um ascensorista, é verdade que substituir a tarefa equivale a substituir a ocupação, porque a ocupação é composta por uma única tarefa. Mas, em geral, em média, os trabalhadores desempenham uma combinação de tarefas. Nem todas são substituíveis ou automatizáveis.

Na verdade, permitam-me dar um exemplo dos Estados Unidos que me parece muito claro para explicar isso. No período em que se expandiu a instalação de caixas eletrônicos, esperava-se que a quantidade de funcionários bancários em tempo integral diminuísse. No entanto, isso não aconteceu; pelo contrário, aumentou, porque esses novos caixas reduzem os custos médios de produção, permitem expandir uma maior quantidade de agências bancárias e, portanto, é preciso mais gente. Então, isso também pode ocorrer. Nem tudo é motivo de preocupação, mas é preciso estar atento.

No Uruguai, a mudança tecnológica não é algo que surgiu há dois anos. Vem desde que se inventou a roda, com maior aceleração nos últimos vinte anos e agora um pouco mais rápido, se quiserem. Mas o caixa eletrônico nasceu nos anos noventa ou até antes. Ou seja, convivemos com um processo de mudança tecnológica constantemente há muitos anos. No entanto, quando se olha para os indicadores do mercado de trabalho do Uruguai, assim como os do resto dos países da região, tirando a crise de 2001 e 2002, percebe-se que são indicadores sólidos. Então, não há um risco de perda de ocupação ou de emprego. O que pode haver é uma potencial mudança no perfil do emprego, que também gera riscos, mas é outra coisa.

Agora, que tarefas podem ser automatizadas? Basicamente e em linhas gerais, as tarefas se classificam em dois grupos: manuais ou cognitivas; ou usamos o corpo para realizar a tarefa ou o conhecimento. Essas mesmas tarefas, por sua vez, podem ser classificadas como rotineiras, o que significa que seguem um processo constante

e inalterável em sua execução, ou não rotineiras, isto é, adaptáveis ao tempo, às circunstâncias, etc.

As tarefas rotineiras manuais —as que pode fazer um operário de máquinas ou as que, com maior força ou maior ênfase, desempenha um caixa, um datilógrafo, etc.—, é claro, serão menos demandadas para a pessoa humana, por assim dizer.

Ao contrário, há mais espaço para o trabalhador que desempenha tarefas não rotineiras —são difíceis de automatizar; não existe um algoritmo que permita contemplar todas as variantes— ou cognitivas, como as que realizam um gerente, um administrador, um especialista de TI, um arquiteto, um pesquisador, que exigem qualidades como a resolução de problemas, o design e a flexibilidade. Esperaríamos que esse tipo de tarefa ganhe maior ênfase ou maior participação no conjunto total de tarefas que os trabalhadores realizam.

Com relação às tarefas não rotineiras mas manuais, como as dos motoristas —embora exista o autotest autônomo e toda essa discussão que podemos ter, mas que em geral são tarefas difíceis de automatizar—, os garçons, os cabeleireiros e todo esse tipo de tarefas que exigem menor nível de qualificação, esperaríamos que também sejam mais demandadas no futuro.

Quanto às cognitivas rotineiras —acho que aqui está o ponto; este é o foco central—, as que desempenham um contador, um editor e até um tradutor, hoje podem ser facilmente substituíveis; é algo que nunca se esperou. Essas são as tarefas que realizam os trabalhadores que ficam no centro da distribuição de renda, ou seja, os de classe média, e aqui está o risco. A nova revolução industrial 2.0, diferentemente da primeira, o que faz é substituir esse tipo de tarefa, e aí está o risco.

Um exemplo é a tarefa do tradutor. Todos conhecemos o Google Translate. Vinte anos atrás, traduzia com milhões de erros; no entanto, hoje traduz muito melhor. Então, poderíamos esperar que, à medida que os usuários vão fazendo sugestões e assim por diante, continuasse melhorando. Na verdade, conheço muitos tradutores que traduzem usando o Google Translate.

Então, o que se pode esperar? Que esse tipo de tarefa seja menos demandada no futuro devido ao avanço da automação.

O que aconteceu no Uruguai nos últimos vinte anos? Em alguns aspectos, o que aconteceu no Uruguai está alinhado com o que ocorreu nos países desenvolvidos, mas em outros, não. Assim como nos países desenvolvidos, nos últimos vinte anos em nosso país aumentou muito a importância relativa, dentro do emprego local, da realização de tarefas cognitivas não rotineiras. No gráfico se distingue entre analíticas e interpessoais, mas dá no mesmo.

Por outro lado, diminuiu —não sei se muito, mas diminuiu— a intensidade ou a importância relativa das tarefas manuais, tanto rotineiras quanto não rotineiras e, inclusive, daquelas que suspeitamos que não deviam ou não deveriam ser automatizadas.

Até aqui estamos relativamente bem. A inquietação surge porque também aumentou muito a importância relativa das tarefas cognitivas rotineiras que, como dissemos anteriormente, é onde anda a classe média. Por que isso gera inquietação? Se hoje o emprego no Uruguai realiza com muita intensidade esse tipo de tarefa, há muitos trabalhadores expostos a que suas tarefas sejam automatizadas no futuro.

Por que isso não está acontecendo agora, quando de fato está acontecendo nos países desenvolvidos? A hipótese —é uma hipótese, nada mais— é que há um efeito de preços relativos. Para os países em desenvolvimento, o custo de aquisição de uma máquina que realize esse tipo de tarefa é relativamente mais caro que o custo trabalhista, se me permitem a expressão. À medida que essas novas tecnologias se padronizam —como todo produto, como a televisão ou os telefones celulares—, aumenta a escala de produção, baixam os custos médios e o preço. Isso vai ocorrer; refiro-me à substituição. O risco que vemos no Uruguai, repito, não é de desemprego tecnológico —como costuma ser mencionado—, mas de polarização do mercado de trabalho e maior desigualdade. O que significa polarização laboral? Se as tarefas que realizam os trabalhadores que estão no centro da distribuição vão ser automatizadas, não resta outra opção a não ser realizar tarefas manuais não rotineiras ou tarefas cognitivas não rotineiras. As primeiras exigem um menor nível de qualificação em comparação com as cognitivas e, portanto, menor nível de renda. As segundas exigem maior nível de qualificação, maior produtividade e maior nível de renda. Então, a distribuição dos trabalhadores vai ficar representada, de alguma maneira, com dois grandes grupos nos extremos.

O que está acontecendo no Uruguai? Há um processo incipiente de polarização, e é aí que acende a luz vermelha. Como os senhores podem ver, nos últimos vinte anos variou muito a participação do emprego muito intensivo em tarefas cognitivas não rotineiras, variou positivamente a participação do emprego em ocupações muito intensivas em tarefas manuais não rotineiras e caiu a participação do emprego em tarefas cognitivas. Esse é o efeito das tarefas manuais na verdade, porque, como vimos, as tarefas cognitivas tinham crescido. Por isso digo que é incipiente, é uma primeira erupçãozinha.

Dito isso, qual é o espaço para a política pública? Considerando as duas megatendências, envelhecimento populacional e mudança tecnológica, há dois grandes espaços de trabalho. Por um lado, é preciso tentar estender o bônus demográfico o máximo que se puder, de modo a ganhar tempo para poder aumentar a taxa de poupança, o investimento, a acumulação de capital físico e humano, e terminar na etapa do envelhecimento com um aumento da produtividade. Para isso são importantes os mecanismos de incentivo mais do que as mudanças normativas. De todo modo, se a sociedade aceita mudanças normativas, não há problema. É necessário incentivar uma maior participação dos adultos mais velhos e das mulheres; isso é fundamental.

Do ponto de vista do capital humano ou da produtividade em geral, é preciso reformular o sistema educacional, como eu disse no início. Temos um sistema educacional na região —não somente no Uruguai— sobre o qual devemos nos perguntar se o conteúdo ministrado é relevante. Vale a pena que a criança decore o nome de tal rio? É melhor trabalhar por disciplina em vez de por projetos? A propósito, permito-me contar uma anedota. Minha filha, quando tinha quinze anos, estava estudando Matemática, mais concretamente equações. Como eu adoro equações, perguntei se ela queria que eu a ajudasse e ela respondeu que não, que estava estudando Matemática porque tinha prova. Dias depois a vejo estudando Física, a fórmula da velocidade. Então, digo a ela: «Ah, equações». E ela responde: «Não, não, isto é Física». Insisti, mostrando que era uma equação, e ela disse que não porque não havia nem x nem y . Entendem o que estou dizendo? Temos essa dissociação entre as matérias, e não ajudamos as crianças a gerar pensamento criativo ou a discutir quando têm toda a informação. É uma discussão na qual não quero me envolver, mas sempre me envolvo. Por que não quero me envolver? Porque não tenho muito tempo e quero me concentrar no que estamos avançando com o banco, ou seja, na necessidade de fortalecer os programas de formação continuada, pois em geral sempre aparecem isolados, mas neste novo contexto, em que o processo formativo não termina somente com o sistema formal de educação, ganha muita relevância. Em que sentido? É importante gerar ou redesenhar os espaços de formação continuada para readaptar a força de trabalho e repensar todo o sistema com foco, é claro, no Inefop, mas também na UTU e na UTEC. E se houver alguma outra instituição que eu desconheça ou esteja esquecendo, me indiquem, por favor.

É importante também promover as habilidades socioemocionais e cognitivas complexas dos trabalhadores, mas sobretudo a flexibilidade, a adaptabilidade e muitas habilidades sociais (soft skills), por assim dizer. Além disso, é importantíssimo promover a participação privada nessa discussão. Por quê? Porque é o setor privado que conhece melhor do que ninguém quais são as habilidades necessárias, ou que seus trabalhadores precisariam ter, para poder realizar as tarefas que se desenvolvem naquele setor produtivo.

O que o Uruguai está fazendo hoje e onde seria preciso fortalecê-lo? O Uruguai iniciou, além da criação desta comissão —que celebro—, este espaço em que se discute o longo prazo —não esqueçamos que a conjuntura às vezes nos atropela e tudo é urgente, de modo que não temos lugar para o importante, como dizia Mafalda, e ao mesmo tempo temos um problema de inflação por custos produto da guerra na Ucrânia e devemos sair para tentar resolver alguns problemas—, pois há um grupo de pessoas que está pensando nisso ou pelo menos tem um momento para pensar no longo prazo, questão que é importante porque é isso que permite reduzir as urgências no futuro.

Por outro lado, há alguns anos a Unidade de Estatística do Ministério do Trabalho e Seguridade Social está desenvolvendo um sistema de informação chamado O*NET Uruguay. Por que está desenvolvendo esse sistema de informação? Porque é muito importante, precisamente, para a definição da estratégia de formação continuada

dos trabalhadores. Este projeto tenta construir uma grande base de dados, um grande sistema de informação no qual se possa ter identificada cada uma das ocupações vigentes no país —cerca de quatrocentas— e suas características, no sentido de quais tarefas se realizam com maior e menor frequência, quais habilidades, conhecimentos e destrezas são necessários para desempenhá-las e qual é o contexto de trabalho. Assim, tem-se a caracterização de cada uma das ocupações para entender o melhor possível quais são as necessidades de cada um dos trabalhadores em termos de habilidades, destrezas e conhecimentos para poderem se desenvolver nelas. Dessa maneira, a base de dados permite direcionar os cursos de formação continuada. Essa é uma das grandes vantagens.

Entre 2019 e 2020 foi feito o levantamento de uma primeira onda de ocupações; foram somente vinte e três. Por que vinte e três ocupações? Por uma questão de recursos, tanto orçamentários quanto humanos. Para esse levantamento, ou para a identificação dessas ocupações, consideraram-se quatro características: qual é sua importância na economia em termos de geração de emprego, o risco de automação usando um determinado índice, o dinamismo —isto é, como variou o emprego nessas ocupações— e, é claro, seria preciso considerar algumas ocupações rurais. Temos a lista de todas as ocupações com suas características. No banco, trabalhando junto com a equipe do ministério, desenvolvemos um algoritmo, com essa base de dados, que permitiu desenhar um mapa de ocupações.

Algo que não mencionei é que, para essa base de dados, toma-se como exemplo a O*NET dos Estados Unidos, que é a que o mundo todo usa para trabalhar o tema das tarefas e habilidades nas ocupações. Esse espaço de ocupações é um instrumento muito útil que, embora não resolva a vida de ninguém, contribui precisamente para a definição de redirecionar ou direcionar os cursos de capacitação ou formação. Por quê? No gráfico podemos observar bolinhas; cada uma delas representa uma ocupação, que tem um número —para simplificar, já que é mais fácil colocar um número do que o nome inteiro da ocupação—, agrupando-se as posições em vizinhanças segundo as habilidades que têm em comum, ou seja, as que os trabalhadores deveriam ter para realizar as tarefas nessas ocupações. Então, um auxiliar administrativo está muito perto de um contador, mas um contador não está muito perto de um auxiliar administrativo. No entanto, tomamos a menor distância e consideramos que são vizinhanças. Dou um exemplo. Se o mercado dos contadores, pela automação ou por qualquer outra razão, é afetado, há um shock, e os contadores ficam sem trabalho, tranquilamente poderiam passar para uma ocupação que esteja na vizinhança, como auxiliar administrativo, já que possuem as habilidades para isso. Agora, passar do auxiliar administrativo para contador já é algo um pouco mais complexo; não serão contadores, mas com certa capacitação de perito mercantil poderão realizar alguma tarefa nesse ramo.

De todo modo, nem tudo é tão fácil. O que se tenta fazer é situar as ocupações próximas a fim de poder redirecionar para elas os trabalhadores em situação de crise, promovendo algumas habilidades. Para que isso seja efetivo, o processo de requalificação deve ser feito em um tempo razoável e, então, quanto mais perto está a ocupação para a qual queremos enviar a pessoa, mais curto tem que ser o tempo

de formação. Podemos correr o risco —essas são as cores que podemos observar no gráfico— de mandar a pessoa para uma ocupação que é composta, em sua maioria, por tarefas que correm risco de automação. Então, tentemos enviá-la para uma bolinha não tão vermelha. Essa é a ideia deste mapa.

É claro que este mapa está incompleto, porque conta somente com vinte e três ocupações, mas o algoritmo funciona e é replicável —já o fizemos—, na medida em que o Ministério do Trabalho e Seguridade Social e a direção de Estatística forem fazendo o levantamento e incorporando novas ocupações à base de dados. Dessa maneira, hoje podemos ter duas ocupações que estão perto, mas na realidade, ao situar todo o universo das quatrocentas ocupações, talvez fiquem longe, porque haverá outras mais perto. Isto não é a verdade, mas um exemplo, um instrumento, e o estou mostrando para que saibamos onde outros atores estão trabalhando no país.

Esta base de dados é de suma importância por diferentes motivos, mas sobretudo porque tem múltiplos usos e usuários. Por um lado, é claro, estão aqueles que desenham, promovem ou administram os programas de formação continuada, como o Inefop, e os programas educacionais, como a UTEC e a UTU e, por outro, estão os usuários, os indivíduos e as famílias quando precisam decidir as carreiras de aprendizagem e a trajetória profissional futura dos filhos. Nos Estados Unidos, esta base de dados é muito utilizada pelas famílias, pois quando o adolescente decide o que estudar e a que universidade ir, uma parte dessa definição é feita com um computador à frente, entrando no site onet.com e vendo quais são as tarefas, as ocupações e os salários médios e rendimentos do trabalho. Portanto, é de muita utilidade para isso também.

Em resumo, o sistema de informação é um pilar fundamental para a definição dos programas de formação continuada. É claro que depois é preciso trabalhar também na oferta dos cursos e na capacitação dos próprios centros de formação, mas isto é muito importante; é o pilar do desenho desse tipo de política.

Repito: o Uruguai é o primeiro país que está pensando seriamente nisso a longo prazo, por meio da Comissão de Assuntos Trabalhistas e Seguridade Social, da Comissão Especial de Futuros e do Ministério do Trabalho e Seguridade Social. A Argentina tentou fazê-lo —por exemplo, com a O*NET— e vai muito mais devagar. Do meu ponto de vista, o Uruguai é um exemplo para a região quanto a como encarar essas discussões, cheguemos ou não a bom porto. Podemos fracassar ou ter sucesso, mas a iniciativa e a busca de consensos nessas discussões são sumamente importantes.

É claro que, dentro do que o Ministério do Trabalho e Seguridade Social está fazendo, ainda falta um monte. Este é um primeiro passinho e é preciso uma maior quantidade de recursos, tanto físicos quanto financeiros, para poder expandir rapidamente esta base de dados. Hoje temos somente vinte e três ocupações, que, embora representem entre 30% e 40% do emprego total, falta o resto das ocupações, e é preciso incorporá-las rapidamente para ter o mapa completo; caso contrário, não acaba sendo útil.

Não os aborreço mais. Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE.- Muito obrigado, economista Ignacio Apella.

Hoje a convocação foi muito boa, porque estão presentes: as deputadas Elsa Capillera, Martina Casás, Lilián Galán, Verónica Mato e Fernanda Araújo, os deputados Sebastián Cal, Martín Melazzi, Iván Posada, Gabriel Gianoli e Juan Rodríguez, o senador Guido Manini Ríos e as senadoras Carmen Sanguinetti, Gloria Rodríguez e Silvia Nane.

Também nos acompanham Bruno Gili —desde o primeiro momento deste processo— e Lydia Garrido, como assessores desta Comissão Especial de Futuros; Inés Fynn, em representação do PNUD; María Noel Lanzaro, Valeria Bolla e Celia Ortega, em representação do Banco Mundial.

Temos uns minutinhos para fazer perguntas e trocar ideias.

Está o conceito do bônus demográfico como ponto de partida.

SENHOR MANINI RÍOS.- Boa tarde.

Muito obrigado pela exposição, que foi muito esclarecedora. Parabéns.

Vou fazer uma pergunta sobre o bônus demográfico —eu cheguei um pouco tarde e talvez tenha perdido algo—, porque entendo que ele também poderia ser afetado se, por meio de políticas adequadas, aumentassem os nascimentos neste país. Se a partir deste momento forem tomadas medidas, daqui a vinte ou trinta anos essa letra L poderia ter uma alteração significativa?

SENHOR APELLA.- Sim, claro, e também com migrações.

SENHOR MANINI RÍOS.- É uma forma de pensar em como incidir nessa relação a longo prazo: com políticas que incentivem uma coisa ou outra.

SENHOR APELLA.- Do meu ponto de vista, quando alguém toma uma decisão, sempre faz uma derivada: vê qual é a receita marginal e qual é o custo marginal dessa decisão. Quando decido ter um filho, é a mesma coisa. Portanto, para qualquer política que fomente uma maior taxa de fecundidade, a decisão está no preço. À medida que os países se desenvolvem, o custo de criar uma criança sobe. Então, as famílias tomam decisões em função disso; isso é o que aconteceu e o que está acontecendo. Além disso, há um fator muito importante que tem a ver com a redução significativa da gravidez na adolescência, que também é um problema em que, felizmente, se notam melhoras importantes.

Entendo quando se propõem políticas de incentivo à fecundidade, a ter filhos. A pergunta que eu me faço é a seguinte: quanto dinheiro é preciso dar? Quanto?

SENHORA NANE.- Não quero iniciar um debate, mas, enquanto os filhos continuarem sendo nós, as mulheres, que os temos, é preciso pensar em bastante coisa, além do custo. Por exemplo, é preciso pensar em um Sistema Nacional Integrado de Cuidados que funcione adequadamente e em muitas outras coisas, a menos que saíamos por aí fazendo gurises de alguma outra forma que ainda não nos ocorreu.

SENHOR PRESIDENTE.- Enquanto vem alguma outra pergunta, quero fazer um comentário.

Não quero me arrogar o papel do deputado Posada, mas o ministro do Trabalho e Seguridade Social, Pablo Mieres, expressou suas expectativas a respeito deste projeto —manifestou-o publicamente e também o disse no outro dia no evento— porque é informação. Quando o ministério toma suas decisões —inclusive o Inefop—, é muito importante para ele contar com esses dados. Sem atribuir más intenções, em outros tempos —não importa quando— foram feitos esforços para formar capacidades em espaços nos quais havia zero chances de criar postos de trabalho. Então, acho que essa informação é muito importante. Todos sabemos que o Inefop também está trabalhando nessa linha.

Aproveito para compartilhar —ainda não decidimos, porque a comissão ainda não teve uma instância para isso— que por aí há propostas de alguns dos especialistas da nossa Comissão Especial de Futuros, basicamente de Guillermo Dutra e de Felipe Migués. Entre outras coisas, eles têm proposto pensar em regulamentações da formação dual, que não precisam ser necessariamente legais. No estudo feito por Ignacio Apella e em muitos outros estudos aparece claramente a ideia de que a formação dentro das empresas passa a ser uma necessidade imprescindível, e não somente pensando no trabalhador. O bom disso é que a demanda e a oferta, a oferta e a demanda, comecem a se juntar. Aqui se dava o exemplo de quando uma empresa não precisa mais que se realize uma tarefa, mas o trabalhador lhe serve, porque está há mais de dez ou quinze anos com eles. Ela gosta dele, ele é um sócio dela, mas não vai mais tê-lo nessa tarefa.

A formação dentro das empresas, além da formação dual, está mudando e gera a necessidade de torná-la mais fácil do ponto de vista regulatório, porque, se não, damos a tarefa mais complexa às empresas, que depois acabam assumindo custos que, na realidade, são da sociedade.

Então, temos uma primeira instância de apresentações públicas em 12 de maio —como decidimos na primeira jornada da comissão deste ano— e talvez para as segundas já pudéssemos definir essa outra instância vinculada à formação. Reitero que há uma proposta concreta de Guillermo Dutra, integrante do nosso grupo de especialistas.

Por outro lado, apareceu gente —talvez isto possa ser complementado por Bruno Gili— de um setor que não levamos em conta e que omitimos no convite original: a organização de gerentes ou de especialistas em seleção de pessoal. Eles vêm nos reprovando, com razão, que são eles que mais sabem da demanda prática, e por isso também lhes prometemos uma instância. São pessoas muito valiosas e muito diversas —provenientes de todas as atividades—, que nos pediram formalmente para participar e fazer ouvir sua voz neste tema. Então, agenda não nos falta.

SENHORA GALÁN.- Muito obrigada pela exposição.

Fiquei pensando no que dizia a senadora Nane a respeito de uma política pública específica: o Sistema Nacional Integrado de Cuidados. Na verdade, eu queria falar também das políticas públicas de gênero, que vão além do desenvolvimento desse sistema. Se hoje estudamos as razões que levam a mulher a postergar a maternidade para idades avançadas, vemos que isso se deve a que, com igual formação, ela não tem a mesma oportunidade que o homem em todos os trabalhos, ou seja, os gerenciais, os de pesquisa e assim por diante. Aí não há igualdade de oportunidades.

Então, para toda a sociedade a política de gênero tem a ver, justamente, com o incentivo à fecundidade e assim por diante. Portanto, para a entrada no mercado de trabalho de determinados setores é necessário um Sistema Nacional Integrado de Cuidados que esteja funcionando adequadamente e outras políticas de gênero que vão além.

Por outro lado, quero destacar que achei a apresentação muito boa —eu entendi que seria uma apresentação muito rápida— e que daria para discutir muitíssimas horas e aprender mais sobre esses temas.

Fiquei pensando também que deveríamos olhar a automação do trabalho a partir de uma perspectiva de gênero. Sei que no Uruguai a Faculdade de Ciências Econômicas e de Administração está trabalhando nesses temas.

Por sua vez, acho muito interessante olhar isso do ponto de vista da mudança da matriz produtiva dos países. Se levarmos em conta as revoluções industriais anteriores, vemos que nos anos sessenta ou setenta, em um país rico como o Uruguai, que tem pecuária e solos férteis para determinados fins, determinadas coisas importavam mais na automação. Agora esse olhar talvez seja diferente, porque hoje isso pode ser gerenciado de qualquer lugar do mundo e não precisamos da mão de obra, por exemplo —embora eu não saiba nada sobre o tema—, para olhar a umidade dos solos. Insisto: hoje é mais importante ter os recursos naturais ou o conhecimento dessa tecnologia? Então, também há uma assimetria entre os países desenvolvidos e os não desenvolvidos. Qual é a proposta do Uruguai diante desse desenvolvimento da matriz produtiva? Parece-me que aí há uma discussão muito forte que deve ser o olhar do futuro.

Obrigada, senhor presidente.

SENHORA SANGUINETTI.- Muito obrigada pela apresentação. Para os que acompanhamos esses temas, há alguns que conhecemos porque já os trabalhamos e outros que são muito novos. A exposição me pareceu muito interessante.

No que diz respeito ao bônus demográfico, estou particularmente interessada e trabalhando no tema da atração de talentos. Embora haja casos emblemáticos de países como Israel ou algum outro, quero saber se os senhores têm alguma sistematização em políticas públicas que estejam nessa linha.

Muito obrigada.

SENHOR APELLA.- Não a conheço, mas sim podemos investigar dentro da equipe e do banco, inclusive, porque algo que o caracteriza é justamente ter experiência internacional. Então, eu teria que identificar a pessoa ou as pessoas e voltar a contatar a legisladora Sanguinetti, se me permite.

SENHORA CASÁS.- Foi muito interessante a apresentação. Pessoalmente eu não conhecia a O*NET, mas, estando na faculdade, conheci plataformas semelhantes, como Will Robots Take My Job?, que são amplamente usadas nos Estados Unidos.

No evento que se realizou, organizado pela Comissão Especial de Futuros, falava-se de que claramente não estamos conseguindo planejar o futuro e que temos que melhorar as capacidades para nos adaptarmos. Nesse sentido —não sei se é uma deformação profissional, geracional ou de outra natureza—, preocupam-me os efeitos da mudança climática na perda de empregos.

Nisso de que é preciso fazer uma transição ecológica, há muitos empregos que podem chegar a se perder. O Uruguai vive uma preocupação constante nesse tema, já que temos uma empresa estatal pública da qual dependem muitíssimos empregos e, eventualmente, no futuro que vou viver, essa empresa vai ter que sofrer algum tipo de transformação. Muitos trabalhos vão se perder, e não somente pela transição para energias renováveis. Li artigos científicos que dizem que empregos vão se perder, mas que vão ser reconvertidos. Mesmo assim, parece-me que não estão nessas vizinhanças, porque, embora sejam do ramo da energia, a da energia do petróleo não é a mesma que a das energias renováveis. Nesse sentido, seria interessante que nos dissessem se têm alguma apreciação a fazer ou algum material para nos passar.

Por outro lado, há o tema das pandemias, que é um tipo de fenômeno que a minha geração vai ver com mais frequência. Em relação a esse tema, há trabalhos mais vulneráveis. No Uruguai, por exemplo, o setor de turismo —que é justamente um dos principais setores do PIB— foi afetado por essas mudanças que claramente não estamos conseguindo prever.

SENHOR APELLA.- Esperemos que as pandemias mencionadas pela legisladora Casás não ocorram com tanta frequência. Tentemos ser um pouco otimistas.

Em alguns temas não tenho respostas, e são pendências que ficam com a gente.

Quero me referir a algo que foi dito em vários comentários. Na nossa perspectiva de trabalho, o gênero é transversal a todas as dimensões. Em cada uma das discussões, seja sobre mudança climática, mudança tecnológica, demografia ou mercado de trabalho, a dimensão de gênero deve estar presente porque é transversal. Isso é algo que eu queria comentar.

É claro que a mudança tecnológica impacta de maneira distinta homens e mulheres, mas não porque seja desigual, e sim porque o mercado de trabalho é desigual. É o mesmo que quando me dizem que o sistema de pensões é desigual em termos de gênero. O sistema de pensões não é desigual; o desigual é o mercado de trabalho. O sistema de pensões reflete o desempenho do mercado de trabalho. Não temos isso publicado, mas dispomos de alguns indicadores bem pontuais sobre a incidência da mudança tecnológica nas tarefas em função do gênero, é claro que nas tarefas cognitivas, não rotineiras.

Por outro lado, em termos de mudança climática e assim por diante, pelo menos eu não participei de nenhuma pesquisa referente ao impacto da mudança climática no mercado de trabalho. Minha percepção é que, como toda mudança, gera ganhos e perdas. Perdem-se empregos não somente porque têm que ser verdes, digamos, mas também porque uma inundação no Paraguai não permite desenvolver determinada atividade econômica. As inundações nesse país estão sendo muito mais frequentes e intensas e geram desastres. Quer dizer que isso ocorre por dois motivos, tanto por exclusão quanto por reconversão.

Não estudei isso, estou dizendo porque falar é de graça, mas é preciso ver quais são as vizinhanças. A verdade é que não posso responder a essa pergunta.

SENHOR PRESIDENTE.- Tem a palavra a senhora senadora Nane, depois o senhor deputado Martín Melazzi e finalmente fazemos um encerramento, porque temos lá fora outra delegação esperando para entrar na comissão.

SENHORA NANE.- Quero apresentar algumas reflexões sobre o que temos conversado.

É verdade que, como país, continuamos com a economia bastante primarizada, e acho que essa é uma das questões a levar em conta. Também temos, e tivemos nesse último tempo, um aumento importante dos depósitos no exterior, ou seja, não se reinvestiu no país. Além disso, temos um sistema de pesquisa e inovação que funciona básica e unicamente com orçamento do Estado. Ainda não conseguimos contar com uma perna no investimento privado, que acho que é um caminho que devemos começar a percorrer.

A senhora senadora Sanguinetti falava da captação de talentos. Hoje temos uma indústria de desenvolvimento de software com cerca de mil empresas que exportam

cerca de um bilhão de dólares, em sua grande maioria para os Estados Unidos, mas grande parte dessa exportação é por meio de Manpower e não em produtos. Não se transforma em inteligência; trata-se basicamente de gente picando pódio, como se diz no jargão.

Outro dos grandes problemas que temos é que a inteligência artificial está substituindo cada vez mais a tarefa de programação, pelo que acho que a esses empregos que hoje vemos com alta demanda resta bastante pouco tempo.

Com relação a tudo isso e a respeito de uma das pernas que o senhor presidente também mencionava quando dizia que nos faltam as recrutadoras de recursos humanos, penso que um dos grandes problemas que vamos ter é que, muito em breve —e já está acontecendo—, quem vai recrutar serão os algoritmos de inteligência artificial. Quando recrutam os algoritmos de inteligência artificial, temos que começar a nos perguntar quais dados os alimentam, e aí nos vem todo o problema do viés, que não é somente o da população feminina —a senhora senadora Gloria Rodríguez sabe muito bem do que falo—, porque há muitas outras minorias que se perdem completamente nos vieses. Portanto, o futuro do trabalho vai ser o de quem puder acessar esses postos de trabalho, e me parece que é um ponto de vista que não podemos deixar de lado nas análises que fizermos.

Muito obrigada.

SENHOR MELAZZI.- Antes de mais nada, agradeço pela muito boa exposição que nos foi oferecida; foi impecável.

Simplesmente a modo de apreciação, gostaria de saber se temos conceitos semelhantes. Pelo que estive lendo, no Uruguai, de 2007 a 2017, as micro e pequenas empresas, graças à introdução da tecnologia, aumentaram sua produção em 56%. É claro que, quando se incorpora tecnologia, muitas vezes se deslocam certos trabalhos, como se estava dizendo há pouco. Mas esse deslocamento, como bem dizia o senhor ao fazer a comparação com os caixas eletrônicos, pela melhora na eficiência e na rentabilidade que as empresas possam ter, automaticamente as transforma em geradoras de novas fontes de trabalho. Pelo que vejo, e como diz esta afirmação, de 2007 a 2017, embora a produtividade tenha melhorado 56%, não se geraram novas fontes de trabalho, e aí está o grande desafio que temos. Poderia pensar que nos próximos dez anos vai continuar acontecendo o mesmo, ou seja, que se continuará introduzindo tecnologia e as empresas serão mais produtivas, de modo que esse pessoal que é deslocado poderá ser contratado em outro lugar porque as empresas continuam crescendo. Então, parece-me que o grande desafio do Uruguai é explorar novos sistemas produtivos que hoje não são conhecidos no país, mas que existem no resto do mundo. Devemos nos animar a fazê-lo e, para isso, é preciso apoiar fortemente a inovação, a ciência e a tecnologia em nosso país. Acho que se deve ir por esse caminho, porque o Uruguai tem possibilidades de vender conhecimento ao mundo. Hoje o mundo encolheu graças à Internet. Portanto, o Uruguai tem todas essas possibilidades, e me agarro profundamente ao que foi dito no sentido de que é preciso encaminhar a educação para onde for o mundo do emprego. Por isso

devemos ter uma educação mais atualizada em relação aos nossos tempos. É simplesmente uma apreciação, mas não sei se o senhor a compartilha.

Muito obrigado.

SENHOR APELLA.- Concordo completamente.

Uma coisa que não mencionei, mas que está bem clara no estudo, é que a mudança tecnológica pode gerar dois efeitos: o de substituição e o de escala. No efeito substituição, quando entra a automação, deslocam-se os trabalhadores. O efeito escala é o gráfico que mostramos dos ATM, dos caixas eletrônicos e do emprego bancário.

Nós estudamos três setores no Uruguai e um é o do comércio. E vou dar um exemplo com relação ao Banco República. A produção do banco cresceu, mas o tamanho do emprego se manteve constante. Ou seja, a força de trabalho se manteve constante apesar da expansão das tecnofinanças, do home banking, dos aplicativos, etc., quando se esperaria exatamente o contrário. Claro, não é uma notícia tão boa porque não se geram novos empregos, mas bem, pelo menos não se perderam. Essa é a minha percepção do assunto. O que as autoridades do BROU diziam na época era que era preciso reperfilizar esses trabalhadores. Era isso que acontecia. Além disso, há questões do mercado de trabalho que definem muito mais do que as decisões individuais. Parece-me que o importante é tentar fomentar o que se dizia, ou seja, setores produtivos nos quais prevaleça o efeito escala em relação ao efeito substituição.

Quero fazer referência a algo que o senhor presidente mencionou no início. Desde que tenhamos bem claro o que significa um estágio em um posto de trabalho, é claro que é a melhor opção. Vários estudos de avaliações de impacto mostram que a empregabilidade de uma pessoa que passa por uma capacitação dual, em comparação com uma que não passa, é três vezes maior. Agora, isso tem riscos políticos porque pode gerar incentivos à substituição de trabalhadores. Então, é preciso ter isso presente para que não se gerem ruídos ou conflitos políticos e, é claro, sociais. O impacto está estimado, estudado e é altíssimo, pelo que vale a pena.

SENHOR PRESIDENTE.- Como disse no início, o Banco Mundial sempre se mostrou disposto a participar ativamente neste processo.

Temos algum projeto que, no momento oportuno, vamos apresentar.

Toda esta tarefa, além das apresentações, tem uma parte de perguntas, de ir mais em direção à demanda. Nos ofereceram —e aceitamos— realizar um trabalho na mesma linha que o banco vem fazendo com o Ministério do Trabalho e Seguridade Social e o Governo há algum tempo. Trata-se de poder perguntar da forma mais objetiva possível e sem vieses, de modo que depois nos ajude a tomar melhores definições. Estão sendo propostas algumas regulamentações e propostas nesse marco e,

portanto, estamos trabalhando para dar as maiores garantias, não só à comissão mas ao Parlamento, a respeito dessa exploração da demanda de todos os diferentes segmentos que estão em jogo. Esclareço que não se trata somente dos jovens — embora, é claro, seja importante perguntar a eles—, pois onde vemos mais incerteza e até, diríamos, angústia é nos adultos, porque seus trabalhos a cada dia estão mais em risco, e temos que ouvir suas vozes e propostas. Talvez alguém entenda que uma solução é a melhor, mas o certo é que, às vezes, não é a que se está esperando. É claro que aí teremos uma grande diversidade de alternativas e, embora nisto não haja nenhuma que seja mágica, o certo é que o maior mal-estar na sociedade adulta global é a angústia que o desemprego gera. Antes isso parecia uma profecia, mas hoje o vemos todos os dias e em todos os lugares: na mercearia, no supermercado, no banco, no ônibus, etc. Está-se avançando nessa linha; sei que o Banco Mundial quer apresentar à comissão um trabalho que nos dê as maiores garantias a todos e que possamos tomar os resultados com a maior objetividade. Agradecemos mais uma vez e continuaremos nos vendo. Informo que a delegação da Finlândia já está aqui. Será uma reunião curta, de no máximo meia hora.

(Retira-se da sala a delegação do Banco Mundial).

(Ingressam na sala as senhoras Emilia Ahvenjärvi e Tarja Laaksonen, e o senhor Andrew Cooper).

—A Comissão Especial de Futuros da Assembleia Geral tem o prazer de receber a delegação da Finlândia, integrada por: a senhora Emilia Ahvenjärvi, conselheira de Educação e Ciência da Embaixada da Finlândia em Buenos Aires e do Ministério das Relações Exteriores desse país; a senhora Tarja Laaksonen —a quem agradecemos mais uma vez sua boa disposição com a comissão e com o Parlamento— e o cônsul honorário Andrew Cooper, a quem também agradecemos sua boa disposição com a comissão.

Comento que, para maio ou junho —está se avaliando a possibilidade de passá-la para junho porque em maio haveria vários legisladores ausentes—, está prevista a reunião do grupo de amizade interparlamentar. Como está presente a senhora Tarja Laaksonen, pedimos que veja a possibilidade de passá-la para junho.

Com base em um relacionamento muito rico que iniciamos, a comissão também prevê participar, no mês de outubro, do primeiro congresso de cúpula organizado pelo Parlamento finlandês. Com a senhora vice-presidenta da República, presidenta da Assembleia Geral, e com o presidente da Câmara dos Representantes, combinamos ir acompanhados de uma ampla delegação, até agora a mais ampla que nos foi proposta. Temos muito interesse em participar. Além disso, também temos estado em contato com outros parlamentos que estão muito interessados em participar. Inclusive, estamos promovendo para esse evento alguma

atividade artística do Uruguai. Acho que esta vai ser uma instância muito importante que, de alguma forma, vai aprofundar este processo. Não é por acaso que estejamos fazendo isso com a Finlândia, pois foi o país pioneiro neste processo, no qual está há mais de vinte anos, além de ter demonstrado resultados mais do que exitosos.

Sem mais, damos a palavra à conselheira Emilia Ahvenjärvi.

SENHORA AHVENJÄRVI.- MUITÍSSIMO OBRIGADA.

Estou há quase três anos e meio aqui, na região, e para mim é uma honra poder estar aqui hoje com os senhores apresentando alguns temas-chave sobre o sistema educacional finlandês. Agradeço muitíssimo o interesse dos senhores pelos conhecimentos finlandeses nessa matéria.

Como não dispomos de muito tempo, vou passar imediatamente ao tema em questão.

(Exibe-se apresentação em PowerPoint).

—O lema atual da nossa educação, «A Finlândia é um país onde todos sempre querem aprender mais», foi inculcado há mais ou menos sete anos pelo Sitra —o Fundo Nacional Finlandês de Pesquisa e Desenvolvimento—, que funciona como um think tank com a ideia de elaborar um plano de sistema de conhecimentos e um sistema educacional para o futuro. Se pensarmos em um país onde todos sempre querem aprender mais, é óbvio que se requer muito mais do que somente educação, isto é, certo bem-estar social e econômico que permita que toda a população queira continuar se formando. Hoje vamos nos concentrar no que é a educação e o sistema de conhecimentos para que essa formação continuada, assim como essa inquietude e desejo constante de aprender, possam ser uma realidade.

Muitas vezes nos perguntam quais são os pilares do modelo educacional da Finlândia. Há vários temas-chave na história do nosso sistema e em seu desenvolvimento atual, mas também há certos aspectos que foram identificados como os mais importantes no sucesso que ele obteve.

O ponto número um é a educação de qualidade acessível a todos. Quando falamos de acessibilidade, não nos referimos somente a que todos os alunos possam ter uma vaga em uma escola —ou seja, que exista acessibilidade escolar—, mas também a que, dentro da escola ou do centro educacional, seja qual for o nível, o foco esteja no aluno, em seu processo de aprendizagem e em poder identificar as capacidades de cada indivíduo nesse processo.

O segundo pilar do sucesso são os docentes altamente formados, com altas competências profissionais, com formação de qualidade nas universidades finlandesas e com um reconhecimento social muito importante.

Em terceiro lugar, para que um modelo continue dando bons frutos, ele tem que estar em constante renovação. Esse processo de renovação tem que se basear em evidências e deve fazer participar diferentes grupos de interesse, que são os docentes, os estudantes, os representantes das indústrias, dos serviços e também outros representantes, como os sindicatos.

Em quarto lugar, tem que existir um sistema que permita a aprendizagem contínua para todos. Ou seja, nosso sistema não tem caminhos sem saída; não importa a opção educacional que se tenha tido anteriormente, porque sempre existe a possibilidade de continuar aprendendo e se formando.

Vejamos um pouco a história desse sistema.

Nossa primeira aproximação de algo parecido com uma lei de educação data de meados do século XIX e, mais ou menos nessa época, também começaram a ser criados os primeiros seminários de formação docente de língua finlandesa. Alguns anos depois de declarada a independência da Finlândia —em 6 de dezembro de 1917— foi publicada a primeira Lei de Educação Obrigatória, com uma escola de cinco anos de duração e os primeiros marcos curriculares nacionais.

O sistema atual foi criado no final dos anos sessenta e chama-se escola básica obrigatória e unitária. Unitária implica que, durante nove anos de escolaridade obrigatória, não há dias diferenciados para estudos mais práticos, mais científicos ou acadêmicos, mas sim que todos os alunos estudam dentro de um mesmo marco durante nove anos. Esse sistema começou a ser implementado em 1972 e é considerado a base do sucesso atual do sistema educacional finlandês.

Houve várias reformas curriculares que se aceleraram a partir da escola básica obrigatória e unitária. As reformas curriculares apoiaram todas as mudanças relevantes no sistema educacional e nas necessidades de novas competências e formas de ensinar.

Desde os anos setenta, a cada dez anos mais ou menos, houve uma reforma curricular. Na realidade, tem a ver com um processo cíclico que está em andamento constantemente; o marco curricular nunca está terminado, e sim é um documento que se adéqua às necessidades de cada momento.

Também quero detalhar alguns temas sobre o sistema de gestão, a política educacional, sua implementação e como está estruturado. Do Ministério da Educação e Cultura dependem a Agência Nacional de Educação, o Centro de Avaliação da Educação e o Conselho de Avaliação Educacional, exame de conclusão do ensino médio.

A Agência Nacional de Educação tem um papel importante na implementação das políticas educacionais e no desenvolvimento educacional finlandês, assim como uma função de internacionalização na atualidade.

Nosso Centro de Avaliação da Educação analisa as conquistas, as necessidades de desenvolvimento e o nível que nossos estudantes estão alcançando, mas o sistema finlandês não tem um exame padronizado dentro do ensino básico. O único exame padronizado que temos —que é ao final do nível secundário superior— é o exame de conclusão do ensino médio, que é usado como uma prova de seleção universitária. Isso não significa que não avaliemos nosso sistema, mas sim que as avaliações se baseiam em amostragens e em diferentes tipos de estudos para termos também nossos próprios dados e não depender somente das avaliações internacionais.

Por outro lado, o Ministério da Educação e Cultura colabora com outros ministérios; por exemplo, com o Ministério da Economia e do Trabalho na previsão de necessidades de competências para diferentes setores, ou com o Ministério de Assuntos Sociais e Saúde em temas de educação e cuidado infantil.

Também há agências administrativas estatais regionais que colaboram, junto com os municípios, na implementação da oferta e da proposta educacional.

A administração educacional finlandesa é municipal. Os municípios são os principais responsáveis por organizar a educação nos níveis inicial, básico e secundário, mas também existe a possibilidade de criar escolas por meio de provedores e propostas de educação particulares. Não digo que sejam privadas porque, embora as iniciativas o sejam, se são aceitas pelo Ministério da Educação e Cultura são sempre custeadas pelo Estado. Consequentemente, não existem escolas privadas que funcionem por meio de pagamento e financiamento por parte das famílias dos alunos.

Por sua vez, há algumas instituições educacionais mantidas pelo Estado; trata-se de centros de educação especial e outras instituições criadas por governos estrangeiros, principalmente na capital.

Agora vou me referir aos níveis dentro do sistema. Peço desculpas porque o slide seguinte está em inglês, mas não conseguimos fazê-lo em espanhol, embora de qualquer forma eu vá explicá-lo brevemente. O mais importante é a mudança recente nesses níveis. Na Finlândia acabou de se elevar a idade para dezoito anos para cumprir a educação; antes, a obrigatoriedade de estar dentro do sistema educacional terminava aos dezessete anos, porque se considerava que completar a educação básica —dentro dela, os níveis primário e secundário— era suficiente para levar uma vida em sociedade. Hoje em dia considera-se necessário contar com o nível educacional do ensino médio superior para encontrar um trabalho e levar uma vida normal na sociedade. Por isso, ao elevar o requisito de idade, pretende-se assegurar melhores possibilidades para continuar estudando e completar esse nível de formação.

Outro aspecto importante neste esquema é ver para onde vão as setas. Temos um sistema dual no qual, depois do ensino básico, há uma parte mais acadêmica, mais técnica e dirigida ao mundo do trabalho, mas essas duas vias estão em constante comunicação entre si. De um lado é possível passar para o outro; por

exemplo, pode-se ter escolhido o ensino médio superior técnico profissional, mas depois é possível passar tanto para uma universidade de ciências aplicadas quanto para outra científica; ou, talvez, depois de ter feito uma graduação em uma universidade científica, se uma pessoa considera benéfico para seu futuro profissional fazer um mestrado em uma universidade de ciências aplicadas, isso também é possível. Em suma, é possível ir de uma universidade de ciências aplicadas —por exemplo— para outra científica para estudar um título de doutorado. Esta é, justamente, a proposta para que não existam caminhos sem saída dentro do sistema educacional.

Vejamos um pouco mais em detalhe os diferentes níveis dentro do nosso sistema, começando pela educação infantil. Este nível educacional vai de zero a seis anos e se sobrepõe ao que são as licenças parentais, que na Finlândia chegam a ser de até catorze meses, compartilhados entre a mãe e o pai. Trata-se de que os homens assumam parte desse tempo de licença paterna e, por outro lado, de que as mulheres não se ausentem por muito tempo do mundo do trabalho.

Neste nível já começa a proposta de que é preciso reconhecer e fomentar essas capacidades individuais de cada criança. Então, desde o primeiro momento da creche se prepara um plano individual de aprendizagem no qual estão sempre presentes o educador responsável, os pais e também a criança, porque se pensa que desde o primeiro momento o aluno é o responsável pelo seu próprio processo de aprendizagem.

Neste nível os princípios para a aprendizagem são: o valor intrínseco da infância, o crescimento como ser humano, os direitos das crianças, equidade, igualdade e diversidade —também diversidade das famílias— e um modo de vida saudável e sustentável.

Aos seis anos as crianças finlandesas vão para o ensino pré-escolar. É o ano que antecede o início da escolarização obrigatória e os municípios também são responsáveis por organizar esse ensino; além disso, trata-se de um nível educacional que não tem custos para as famílias. Isso fica nas mãos de professores ou educadores com formação universitária, que pode ser de universidades científicas, de faculdades de educação ou de universidades de ciências aplicadas.

Normalmente a jornada pré-escolar é de quatro horas por dia, e depois o aluno pode ficar no mesmo lugar —como já fez anteriormente nos anos de educação infantil— caso não possa estar em casa com os pais.

Neste nível há aprendizagem de letras, de números e de fenômenos naturais e culturais; é onde se estabelecem as bases para a aprendizagem, mas não se trata de objetivos de estudo, e sim de uma espécie de imersão no que será estudado e aprendido mais tarde. Além disso, toda a aprendizagem é baseada em brincadeiras e atividades, sobretudo ao ar livre.

Vejamos um pouco sobre a educação básica obrigatória.

Começa aos sete anos e é organizada principalmente pelos municípios. Atualmente temos um pouco mais de meio milhão de alunos na educação básica obrigatória municipal, e isso significa, mais ou menos, 2500 escolas.

A frequência média de uma escola finlandesa é de duzentos alunos; em comparação com muitos outros países europeus, são escolas bastante pequenas. A direção aponta para que nossas escolas sejam cada vez mais concentradas e grandes, sobretudo nas maiores cidades do sul da Finlândia. Por sua vez, o tamanho médio de uma turma é de uns vinte alunos.

A jornada escolar depende do nível em que se está; normalmente, o número de horas vai aumentando à medida que se avança de ano, mas mesmo assim —segundo as comparações internacionais— o número de horas de ensino na Finlândia é menor que a média da OCDE. Isso nos indica que uma chave do sucesso educacional não é necessariamente aumentar a carga horária do ensino, mas a qualidade do conteúdo. Normalmente nossas aulas são de quarenta e cinco minutos e os dias de escola —ou seja, de ir ao colégio— por ano ficam entre 185 e 195, dependendo de como cada escola se organiza.

Também quero dizer algumas palavras sobre o trabalho docente nas escolas finlandesas.

Os professores têm uma grande liberdade para organizar as aulas de maneira independente, com base no currículo nacional e em uma adaptação, tanto local quanto da própria escola, que tenha sido feita desse currículo.

Os professores que lecionam do primeiro ano ao sexto são especializados em Pedagogia, e do sétimo ao nono são especializados nas disciplinas que ministram. Isso quer dizer que, durante os seis primeiros anos, o professor normalmente tem as mesmas crianças sob sua responsabilidade e, então, conhece muito bem suas capacidades e sabe desenvolver as aulas conforme suas necessidades.

Um objetivo importante é que os alunos aprendam por si mesmos e avaliem também seu próprio processo de aprendizagem, buscando que se responsabilizem por isso. Durante a educação básica, a avaliação da aprendizagem é responsabilidade do professor. Como mencionei, não há exames estatais padronizados, mas é feito um acompanhamento constante dos resultados educacionais, com avaliações e amostras aleatórias sobre os mesmos processos na vida cotidiana da escola.

A imagem que se pode observar a seguir explica bem a nossa visão sobre a importância de reconhecer as capacidades individuais dos alunos. Ali consta uma citação de Albert Einstein, que diz: «Todos são gênios. Mas, se você julgar um peixe por sua habilidade de subir em uma árvore, ele passará a vida inteira acreditando que é estúpido». Por isso, tanto o ensino que se oferece quanto a maneira como os estudantes são avaliados não podem ser os mesmos para todos, mas devem estar adequados à maneira como cada um mostra suas capacidades.

Pelo que entendi, os presentes gostariam de fazer algumas perguntas.

SENHOR PRESIDENTE.- É muito interessante o que a senhora apresenta, mais ainda o relativo à segunda parte da apresentação, por se tratar de algo novo, de modo que lhe pedimos que continue. Depois faremos nossas perguntas.

SENHORA AHVENJÄRVI.- Então, continuo com a minha intervenção.

Como estamos em um sistema de educação baseado em competências e os objetivos são apresentados como tais, em cada nível de aprendizagem educacional adequado a cada idade as competências são expressas de uma maneira. No currículo nacional do ensino básico, essas competências transversais têm a ver com temas de multiletramento, com competências de TIC e da vida profissional, com a capacidade de pensar, se expressar, cuidar de si e construir um futuro e um ambiente sustentáveis. As competências para o nível superior são as mesmas, com a diferença de que os temas são verbalizados de uma maneira adequada a esse nível educacional e de formação.

Sobre o ensino médio superior, acho que no caso da Finlândia o importante é entender que a opção de formação técnico-profissional não é uma alternativa secundária para quando não se pode escolher a via mais acadêmica. Na verdade, 43% dos egressos do ensino básico optam diretamente por essa via e, como mencionei, ela está conectada também com a via mais acadêmica, caso haja inquietações ou necessidades de aprendizagem por esse lado. É uma formação profissionalizante; isso significa que, uma vez cumprido este nível, o titulado tem suas competências reconhecidas no mundo do trabalho.

Este nível foi reformado em 2018. Naquele momento passamos a uma formação técnico-profissional completamente baseada em competências, novamente por meio de um plano personalizado de desenvolvimento de competências, ou seja, tanto se se trata de um adulto que vem do mundo do trabalho quanto de um jovem que sai do ensino básico, o início de seus estudos está em um plano personalizado de desenvolvimento de competências. De acordo com isso, traça-se seu caminho flexível de estudos, em torno de aprendizagens diversas que incluem de maneira importante o estar imerso no mundo do trabalho desde o primeiro momento. Para completar esses estudos é sempre preciso mostrar as competências adquiridas e nessa instância participam representantes do mundo do trabalho. Dessa maneira, não somente o mundo do trabalho consegue profissionais bem formados, mas também repassa informação sobre as necessidades dos diferentes setores ao nosso sistema educacional de formação técnico-profissional.

Vamos mencionar algumas anotações sobre nossas universidades. Continuamos com essas duas vias, ou seja, temos universidades científicas e universidades de ciências aplicadas que se comunicam entre si.

Na Finlândia, o gasto em educação terciária representa 1,8% do PIB e agora mesmo é cada vez mais importante a participação das nossas universidades em todas as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Estamos perto de 3%

do PIB no que diz respeito ao gasto em inovação e desenvolvimento, e o objetivo, para 2030, é chegar a 4%. A pandemia nos trouxe algumas dificuldades e também se vai requerer uma participação importante do setor privado, mas continuamos mantendo esse objetivo.

Algo interessante quanto às universidades é que talvez entendamos a sua autonomia de uma maneira um pouco diferente de como se entende, por exemplo, no Uruguai. Definitivamente, nossas universidades são autônomas, mas estão constituídas como corporações sob lei pública ou fundações e são capitalizadas pelo Estado, com financiamento público há mais de dez anos, e o que recebem por meio do Ministério da Educação e Cultura já não está no orçamento estatal, mas é dado por meio de um esquema de financiamento e de acordos de desempenho.

Além disso, é importante notar que elas têm uma seleção importante de estudantes, não só na formação docente mas praticamente em todos os cursos, e para essa seleção conta tanto o que foi feito no nível médio superior quanto o desempenho dos candidatos nos exames de seleção.

Nas universidades de ciências aplicadas está muito presente sua função nas regiões da Finlândia e seu envolvimento no desenvolvimento regional por meio de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, e a maneira como os estudantes são formados para que possam responder às necessidades das indústrias e do mundo do trabalho em cada região. Entre os proprietários das universidades de ciências aplicadas estão os municípios, os consórcios regionais finlandeses; dessa maneira também exercem o direcionamento sobre elas e podem lhes aportar capital.

Atualmente, tenta-se cada vez mais que nossas universidades científicas e as de ciências aplicadas trabalhem entre si, de modo que participem de processos de inovação e criem, também, consórcios de universidades para que possam se complementar, cada uma com seu enfoque e suas áreas de trabalho.

Quero dizer algumas palavras sobre a formação dos docentes na Finlândia.

É uma das carreiras mais procuradas e de mais difícil ingresso nas universidades. Nos anos mais complicados, mais ou menos 10% dos candidatos são aceitos para realizar esses estudos. O critério não é que sejam os mais talentosos ou os de melhor desempenho em seus estudos acadêmicos, mas que tenham várias qualidades que se considera importante que os docentes tenham. Além de qualidades criativas, podem ser qualidades como a capacidade de lidar com a frustração, situações de falta de aprendizagem, enfim, situações diversas que se podem encontrar na sala de aula. Nossas universidades selecionam bem os candidatos a futuros docentes e o material que recebem para oferecer essa formação realmente é bom e, portanto, fundamental para depois termos bons docentes.

Vou assinalar alguns temas importantes na formação docente.

A formação docente chega ao nível de mestrado. É uma formação que desde o primeiro momento inclui tanto teoria quanto prática, assim como competências para a pesquisa, sobretudo na última parte da formação. Essa combinação de teoria e prática tem a ver com integrar nos estudos o trabalho em escolas, onde se pratica pôr em andamento a teoria aprendida, ou seja, implementá-la.

Atualmente, uma coisa que se tenta fomentar, tanto na formação docente quanto no trabalho, é o trabalho colaborativo por meio da combinação de turmas e de disciplinas, para tentar que os docentes não trabalhem somente em sua sala de aula, mas possam combinar também suas competências para oferecer um ensino mais diversificado.

Quanto ao trabalho curricular —que também é muito importante em nosso país—, quando se reforma um currículo nacional e se tenta implementá-lo, é muito importante que os professores e os diretores das escolas tenham participado desse trabalho de renovação curricular. As distintas partes interessadas são amplamente consultadas no processo de planejamento e toda a cooperação com diferentes grupos de interesse e autoridades é aberta e transparente. Essa é a chave no momento de implementá-lo e faz com que esse currículo seja sentido como algo reconhecido nas escolas e que realmente chegue à sala de aula.

Para nós, neste momento, uma das reformas mais importantes tem a ver com a aprendizagem contínua. Estamos no meio de uma reforma parlamentar do sistema de aprendizagem contínua. É parlamentar por se tratar de um processo longo, e se quer assegurar que não fique dentro de um governo, mas tenha um alcance além do Governo atual. Tem a ver, também, com as necessidades, não somente na Finlândia, mas globais, de gerar novas competências, sobretudo para o emprego ou o fortalecimento de competências. Para isso, no final do ano passado foi estabelecido um centro de serviços para a aprendizagem contínua e a empregabilidade, que tem um papel importante na previsão da necessidade de novas competências e também na distribuição de financiamento para esse fim.

Vemos o sistema de aprendizagem contínua como uma espécie de seguro para todas as mudanças que possam surgir. Não importa se têm a ver com a mudança climática, a disrupção no emprego, diferentes razões para a insegurança econômica ou razões de saúde. Se temos um sistema em que todos possam encontrar uma maneira de continuar desenvolvendo novas competências ou adquirindo, por exemplo, nova qualificação profissional, consideramos que esse é o seguro para o futuro da população finlandesa.

Para terminar, simplesmente quero oferecer-lhes algumas anotações do trabalho de previsão, dentro do sistema educacional, do sistema de conhecimentos e aprendizagem contínua.

Nosso Ministério da Economia e do Trabalho realiza previsões sobre os diferentes empregos, como que tipo de competências vão ser necessárias nos próximos

cinco anos em diferentes áreas. Ao mesmo tempo, nossa Agência Nacional de Educação realiza previsões para quinze anos à frente quanto a como o nosso sistema educacional tem que ir se desenvolvendo para poder oferecer ou responder a essas necessidades que acreditamos que vamos ter em mais ou menos quinze anos. Um exemplo disso é o centro de serviços criado e o sistema de aprendizagem contínua que estamos melhorando.

Acho que um elemento importante que há em todo o sistema é uma cultura de adaptação às mudanças de maneira proativa. Trata-se de não esperar que as mudanças cheguem, mas de estar preparados para quando chegarem.

SENHOR PRESIDENTE.- Muito obrigado.

Agora temos uns minutos para trocar ideias e formular perguntas.

Vou começar perguntando sobre o seguinte. Foram mencionados dois centros e fiquei com a dúvida de se o Centro de Formação Continuada e o trabalho de previsão fazem parte de algum sistema e como estão coordenados entre si.

SENHORA AHVENJÄRVI.- O trabalho de previsão é feito em diferentes instâncias. Neste caso, mencionei o Ministério da Economia e do Trabalho. O centro que foi criado está funcionando sob a Agência Nacional de Educação, mas não é um centro que ofereça formação, e sim que coordena as atividades relacionadas com a aprendizagem contínua. Há várias atividades em diferentes órgãos e diferentes instâncias de previsão de necessidades do futuro, mas isto é o mais relevante dentro do sistema educacional e do sistema de formação.

SENHOR SABINI.- Como se sabe, no Uruguai temos instalado um debate em torno das competências e dos conteúdos. Claramente o sistema educacional uruguaio está orientado para os conteúdos, embora haja alguns centros educacionais no interior que trabalham em um marco de competências. São algumas experiências que vêm sendo feitas há uns seis ou sete anos.

Da apresentação ficou claro que as competências têm um peso muito importante na Finlândia, mas, como li na imprensa que estão debatendo essa relação entre competências e conteúdos, gostaria que nos explicasse como estão conduzindo esse debate e com base em que evidências.

SENHORA AHVENJÄRVI.- Na realidade, um sistema de competências e um sistema de conteúdos não têm por que estar em confronto entre si. Precisamos de conhecimento, de manejar informação, de conhecer diferentes disciplinas, mas também devemos compreender para que servem esses conhecimentos. Por isso se estabelecem objetivos em competências para formar pessoas que resolvam diferentes situações que talvez nem sequer sejam conhecidas hoje em dia. Então, o conhecimento que se adquire tem que servir também como competência.

Acho que no caso da Finlândia existe um consenso sobre esse tema. Pode haver algumas opiniões divergentes sobre onde colocar o peso, mas hoje em dia ninguém duvida de que é preciso saber aplicar a informação. O conhecimento não serve como tal se não existe essa parte de aplicação.

SENHOR MAZZINI.- Pelo que entendi, há um exame de conclusão do ensino médio que funciona como seletividade. Agora, o ingresso na formação docente implica um mínimo na seletividade ou é uma prova independente?

SENHORA AHVENJÄRVI.- Para o acesso à formação docente contam as notas obtidas no nível médio superior, mas isso é só uma parte. No caso de um candidato que tem notas mais baixas do nível médio, leva-se mais em conta a nota que obtém na prova de acesso. Essa prova tem, por um lado, uma parte teórica, na qual se mede a capacidade de assimilar e manejar informação. Depois há uma parte de aptidão e, dependendo da faculdade de educação à qual se está se candidatando, pode ser feita alguma entrevista ou prova psicoemocional.

SENHOR MAZZINI.- Então não se exige um mínimo na prova de conclusão do ensino médio?

SENHORA AHVENJÄRVI.- Sim, na realidade se exige um mínimo, mas não está estabelecido porque os candidatos que se inscrevem trazem boas notas. Entre os que se inscrevem, é frequente que dez por cento possam entrar. Então esses dez por cento com certeza trazem boas notas do nível médio. Não é preciso estabelecer esse mínimo porque são bons candidatos. Se fossem aqueles que mal passaram no nível médio, então sim seria preciso estabelecer um mínimo, mas neste momento, no nosso caso, não o exigimos.

SENHOR SABINI.- Quanto à avaliação dos estudantes, gostaria de saber como é o sistema, ou seja, se é quantitativo ou qualitativo.

Outro tema que também foi bastante debatido no Uruguai nestes últimos anos tem a ver com um plano nacional de educação. Gostaria de saber, então, se têm um plano e como ele se relaciona com essas transformações curriculares que a senhora mencionava.

SENHORA AHVENJÄRVI.- Com respeito à avaliação, imagino que se refere à do ensino básico e secundário.

SENHOR SABINI.- Exatamente.

SENHORA AHVENJÄRVI.- Como mencionei, está principalmente nas mãos do docente que está encarregado de um grupo, uma turma. Obviamente, nossos docentes devem ter capacidade para avaliar e integrar a avaliação nos processos de ensino, de modo que não se trate somente de ministrar uma matéria e depois organizar um exame, mas que seja um processo contínuo.

Na verdade, nos enfoques pedagógicos baseados em competências e em aprender fenômenos, em vez de matérias, está integrada essa forma de fazer um acompanhamento do processo de aprendizagem. Então, tem muitíssimo a ver com a capacidade dos docentes de não somente ensinar, mas também avaliar.

Para que nossas autoridades e responsáveis por políticas educacionais possam entender como é o avanço, como é o nível em geral no país ou em uma região do nosso país, eles encomendam amostragens ao Centro de Avaliação Nacional.

Essas amostragens não funcionam de tal maneira que se posicionem escolas ou diferentes regiões olhando onde se vai melhor ou pior, nem para que sirvam, como em alguns países, para que as famílias vão selecionando escolas. São informativas e funcionam como uma base para tomar decisões sobre como desenvolver o sistema ou como apoiar as escolas.

Quanto ao plano nacional de educação, para nós é o mesmo que o marco curricular nacional. Obviamente, cada Governo tem em seu plano de educação os enfoques em diferentes temas ou pontos, mas o plano que se implementa nas escolas é o marco curricular nacional, com sua adaptação local, com sua adaptação de cada escola e, finalmente, com sua adaptação de cada docente em sua sala de aula.

SENHORA SANGUINETTI.- Muito obrigada à delegação por sua presença. Foi interessantíssima a apresentação. A verdade é que, quando se vê que a cada dez anos aproximadamente fizeram reformas curriculares, a um país como o nosso, que enfrentou resistências tão fortes em relação a este tema, isso gera a inquietação de saber se os senhores, referências absolutas em temas educacionais, acompanharam outros países nesses processos e se têm alguns exemplos nesse sentido.

SENHORA AHVENJÄRVI.- Atualmente temos várias entidades. Normalmente são universidades com seus braços operacionais internacionais que sim participaram de processos curriculares em diferentes partes do mundo, em contextos educacionais muito diferentes dos finlandeses.

Também na cooperação internacional finlandesa a educação cumpre um papel importante e temos especialistas que trabalham em diferentes partes do mundo nesse tipo de processo.

SENHOR PRESIDENTE.- Eu ia mencionar isto no final, mas a pergunta da senadora Sanguinetti vem muito a calhar.

Convido-os a revisar o dossiê que nos enviou a Embaixada do Uruguai na Finlândia — isto também pode ser ampliado depois pela Embaixada da Finlândia em Buenos Aires e, é claro, pelo cônsul e sua assistente—, no qual se indica que há vários convênios em andamento em temas educacionais entre a Finlândia e o Uruguai.

Em primeiro lugar, temos um convênio entre a ANEP, a ANII e a Agência Nacional de Educação da Finlândia sobre esses temas, que está vigente hoje.

Em segundo lugar, há outro entre o Ministério da Educação e Cultura, a Universidade da Finlândia e a Universidade de Ciências Aplicadas de Joensuu. A senhora Emilia Ahvenjärvi falava de sua experiência nas universidades de ciências aplicadas. Este convênio também está vigente. Também há um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e Midufi, uma entidade que, pelo que entendo, tem a ver com o relacionamento interno, temas de bullying, etc.

Em terceiro lugar, há um convênio entre a UTU e a HAMK —Häme University of Applied Sciences—, de setembro de 2019, que também está vigente e no qual intervêm o BID, o Inefop e a própria UTU.

Em quarto lugar, duas especialistas finlandesas trabalharam no seminário Nuevos Rumbos —que teve uma primeira parte e pode continuar—, organizado pelo MEC.

Por outro lado, foi realizado um seminário que deixou várias linhas entre a ANEP e a Eurosocial, que contou com a participação do Governo finlandês.

Depois, Kouvola e a Agência Nacional de Educação da Finlândia —Edufi— estão trabalhando em Fray Bentos em um projeto que está vigente e em andamento.

Por outro lado, temos a Eduexcellence, que é um trabalho em coordenação entre o Inefop, a UTU e três universidades finlandesas: Metropolia, Haaga-Helia e Laurea.

Depois há outro convênio que conta com a participação de todos os nossos órgãos educacionais e da Agência Nacional de Educação da Finlândia. Essa instituição está participando ativamente com o Ministério do Trabalho e Seguridade Social, o Inefop, a ANEP, a UTU, a UTEC, o PIT-CNT, etc.

Também há outros projetos especiais dos quais ouvi falar muito, por exemplo, o relativo à madeira. Pelo que entendo, já há projetos concretos funcionando aqui.

Temos uma colaboração entre o LUKE —Instituto de Recursos Naturais da Finlândia— e o INIA. Como não vai ter pontos de contato conosco!

A Universidade da Finlândia Oriental —UEF— também está trabalhando em projetos com o Uruguai.

Temos o Parque de Ciências de Joensuu trabalhando com a UTEC, a empresa UPM, empresas de Tacuarembó e o INIA. Também ouvi dizer que há vários projetos sendo trabalhados graças a este convênio.

E fico por aqui, mas há outros.

Eu tinha deixado este ponto para o final, mas a pergunta da senadora Sanguinetti veio muito a calhar, porque há muitas coisas sendo feitas. Nós não pretendemos interferir sob nenhuma circunstância, mas não podemos deixar de ajudar a coordenar. Cada vez que fui convidado para alguma dessas instâncias, falam-me disto. Então, o que sim se pode fazer a partir desta Comissão Especial de Futuros é ajudar a concretizar algumas coisas que às vezes ficam pendentes por falta de recursos, de impulso ou de coordenação e que os órgãos que hoje estão trabalhando têm muito interesse em continuar e promover.

Por isso devemos procurar que a instância que vamos ter em outubro transcenda o que pode ser uma cúpula de comissões de futuros, porque aqui há uma enorme quantidade de projetos em andamento e podemos aproveitar essa ocasião para facilitar, viabilizar, promover e impulsionar.

De modo que agradecemos, então, à conselheira de Educação e Ciência da Embaixada da Finlândia em Buenos Aires, senhora Emilia Ahvenjärvi; ao senhor cônsul honorário, Andrew Cooper, e à assistente do Consulado, senhora Tarja Laaksonen, por sua presença na tarde de hoje.

Está encerrada a sessão.

(São 16h27).

Montevideu, Uruguai. Poder Legislativo.